



(RE) EXISTINDO: A PRÁTICA DA CAPOEIRA COMO ELEMENTO SOCIOEDUCACIONAL

Ivalda Kimberlly Santos Portela ¹
Jéssica Pedroso Lima ²
Magno Santos Batista ³

INTRODUÇÃO

A Educação Física brasileira tem sua origem ligada às instituições militares e classe médica. A princípio a educação do corpo e o modelo de perfeição para a formação de um físico saudável e equilibrado, e os métodos de higiene da população propostos pelos médicos higienistas circundam a origem da Educação Física no Brasil.

Segundo essa perspectiva, a Educação Física no século XIX, teve como intenção mudar os hábitos de higiene e disseminar preconceitos de raça nas populações. Essa parte da história demonstra como os estereótipos sobre o corpo e raça estava intimamente ligada ao percurso histórico da Educação Física em comum ideário a um pensamento dominante daquele momento. Essa concepção de pensamento contribuiu na propagação da “supremacia branca” incorporada à introdução no Brasil dos métodos ginásticos.

Nesse período, aconteceu a inserção da Educação Física na escola reforçando os ideários do corpo mecânico e disciplinado, e da supremacia branca na aptidão física. Ao decorrer das mudanças tecnológicas e no ensino, novos conceitos e discussões acerca da Educação Física foram surgindo. No entanto, algumas concepções ainda precisam ser debatidas, dentre elas: a aplicação da Lei 10.639/2003 no ensino da Educação Física na Educação Básica.

E uma das maneiras de aplicar a Lei é a inserção da capoeira no currículo. Na esteira das discussões acerca da inserção da capoeira no currículo da Educação Física n Educação Básica, alguns conceitos podem ser debatidos: a relação entre saudável e higiene associada a raça branca; na construção da matriz curricular concepções sobre cultura, dança, alimentação

¹ Graduanda do Curso de Educação Física da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, kportela44@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Educação Física da Universidade Universidade do Estado da Bahia - UNEB-, limajessical147@gmail.com;

³ Orientador Professor Me. da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, msbatista@uneb.br ;

e formas corpóreas como: “cor de pele, ‘tipo de cabelo’ forma do nariz” e “formato do corpo.”

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O percurso metodológico traçado para a construção desse texto constitui-se das seguintes etapas: seleção da abordagem qualitativa interpretativa; método bibliográfico e coleta de dados bibliográfico para a composição do texto. A fundamentação teórica foi construída através de pesquisa bibliográfica no campo qualitativo. A elaboração e embasamento do texto se deu a partir de diversos autores que debatem acerca da temática: Freire (1997) entre outros.

A partir da pesquisa teórica foi possível considerar que é preciso inserir na pauta de discussões acerca do currículo a lei 10.639/2003, sobretudo a inserção do ensino da capoeira. Observamos também que é preciso considerar o corpo no contexto de sociedade como elemento que não se resume à biologia, fisiologia ou mecanicidade de movimentos, e sim, como dotado de identificações culturais e étnico-raciais.

REFERENCIAL TEÓRICO

LEI 10.639/2003 E O CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Em 9 de Janeiro de 2003, foi sancionada a lei federal nº 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira africana as escolas do ensino fundamental e médio das redes públicas e privadas, municipais e estaduais. Surgiu do Projeto de lei nº 259 de 1999, de autoria dos deputados Esther Grossi (PT-RS) e Benhur Ferreira (PT-MS), substitutivo do Projeto de lei do deputado Humberto Costa. A Lei, como política pública, alterou a LDBEN nº 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais e tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país, configurando-se, atualmente, em instigante fonte de debates por colocarem no centro da discussão nossas etnicidades.

A proposta é problematizar questões identitárias, como a ancestralidade e a cultura, sugerindo para esses pilares a utilização de novas matrizes teóricas que contemplem outros olhares sobre o processo histórico da cultura afro-brasileira com fins de promover sua

validade civilizatória. Em 10 de março de 2008, foi assinada a Lei nº 11.645/08 para também incluir como obrigatórias no ensino básico, a história e a cultura dos índios brasileiros. Sem revogar a Lei nº 10.639/03, a Lei nº 11.645/08 reitera a atenção para a significação étnico-racial indígena ao lado dos povos africanos na formação do povo brasileiro. No ano de 2005, o Ministério da Educação e Cultura, MEC, distribuiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais.

As bases da construção histórica da Educação Física favoreceram aos interesses eugenistas. Afora o processo pedagógico, atentamos para o fato de que os métodos francês e sueco de ginástica, largamente difundidos no Brasil, foram eficazes para os ideais de corpo mecânico e disciplinado. A esportivização, por sua vez, abraçava a ideia de superioridade branca, apoiada na imagem helênica corporal mitologicamente ambicionada. Deste modo, a história da disciplina Educação Física aponta para um distanciamento do corpo negro, na medida em que o corpo idealizado pela Educação Física partiu da imagem corporal dos gregos, portanto de um corpo branco.

É necessário implementar a luta contra um pensamento discriminatório desencadeado nas instituições de ensino em relação à cor da pele, tipo de cabelo, forma de nariz e formato do corpo, difundido no século XIX e que inferioriza o negro. A Educação Física no século XIX, teve como intenção mudar os hábitos de higiene e disseminar preconceitos de raça nas populações para Carvalho,

No âmbito daquilo que podemos considerar como estudos específicos da Educação Física voltados ao corpo e a cultura corporal, assim como os dedicados à estética e imagem corporal, os corpos negros foram praticamente esquecidos e invisibilizados no decorrer da história. (CARVALHO, 2021, P. 35)

Essa parte da história demonstra como os estereótipos sobre o corpo e raça estavam intimamente ligados ao percurso histórico da Educação Física em comum ideário a um pensamento dominante daquele momento. Essa concepção de pensamento contribuiu na propagação de uma suposta “supremacia branca” incorporada à introdução no Brasil dos métodos ginásticos. Nesse período, aconteceu a inserção da Educação Física na escola reforçando os paradigmas do corpo mecânico e disciplinado, e de uma concepção unicamente branca na aptidão física.

O currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas e métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas. Nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e

cultural, a Educação Étnico-raciais deve ser projetada de forma que além de manter as disciplinas pedagógicas, possibilitem a eles transmitir suas culturas aos seus descendentes.

Com isso se torna necessário à formação continuada dos professores. Nessa perspectiva da diversidade cultural, a inclusão de outros conhecimentos no currículo torna perceptíveis os hibridismos e mestiçagens que caracterizam a cultura corporal, podendo desencadear novos olhares dos alunos sobre si próprios e sobre aqueles com os quais convivem, além de facilitar o fluxo entre o local e o global, entre a “comunidade de prática” e a sociedade mais ampla.

A CAPOEIRA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO

A literatura define a capoeira como um jogo de defesa que tem suas origens “Remotas” em Angola. Era antes uma forma de luta muito valiosa na defesa da liberdade, de fato ou de direito do negro em ância de liberdade, que se desenvolve há cerca de cem anos, em razão da forte repressão policial e das novas condições sociais, finalmente em um jogo /dança, uma vadiação entre amigos.

Hoje, com a lei 10.639/2003 e posteriormente a Lei 11.645/2008 que instituíram a obrigatoriedade do ensino de conteúdos de história da África e dos afro-brasileiros e indígenas nos currículos escolares, a capoeira pode ganhar maior força para ser reconhecida com conteúdo riquíssimo para o acervo cultural do aluno, desenvolvendo não somente o aspecto motor, mais também o conectivo e afetivo-social. A aceitação da capoeira nas instituições, como instrumento pedagógico de formação educacional não é recente. Historicamente, sobre esse trabalho, verificou-se que no início a capoeira era vista com muito preconceito e receio pela população branca e era discriminada, o uso como fator positivo da aprendizagem era remoto.

No entanto com a disseminação das ideias dos mestres e mestras de capoeira e das transformações sociais do povo brasileiro, a capoeira terminou por conquistar as diversas camadas da sociedade. Esse acontecimento contribuiu para que os e as capoeiristas pensassem em introduzir esse jogo/dança como instrumento pedagógico na escola, isto é, utilizar a capoeira para promover uma socialização mais ampla e conseqüentemente, a inclusão social de muitas crianças, adolescentes, e jovens praticantes da capoeira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Física Antirracista propõe uma inversão, ou seja, denúncias são importantes para atos racistas, mas é a produção de anúncios que muda a realidade, inscrevendo nesse ato político a quebra do silêncio, que retira a população negra/preta da condição de encarcerados na própria realidade.

Segundo FREIRE (1987), promover uma prática educacional que possibilite desenvolver a criticidade dos estudantes, e não mais repetir ensino de educação bancária em que o professor deposita o conhecimento como se o estudante fosse um mero receptáculo, e reforça a dominação dos opressores em relação à classe oprimida. Na tentativa de romper com o caráter técnico-mecanicista da Educação Física escolar, surgem outras perspectivas pedagógicas, tais como: Desenvolvimentista, Construtivista, Saúde renovada, Crítico-Superadora, Crítico-Emancipatória, Cultural entre outras. Diferentemente das anteriores, essas teorias de currículo, ainda que distintas, trouxeram novos significados e contribuições para as aulas de Educação Física escolar (DARIDO; RANGEL, 2005).

Na procura para dirimir as consequências do processo escravocrata e da desvalorização da cultura e história dos povos africanos foi instituído a Lei nº 10.639/03. Na esteira da discussão da Lei a escola brasileira por muito tempo ainda não rompeu com os estereótipos e os preconceitos raciais, pois ainda se encontra em especial nos livros didáticos a imagem do negro vinculada apenas ao período da escravidão. Os manuais didáticos ainda não apresentam a importância do negro como agente histórico, participativo da construção intelectual, material e cultural no Brasil.

Na outra ponta de discussão está a configuração do trabalho da Educação Física na escolar porque trabalha-se os cinco conteúdos esportes, jogos, danças, brincadeiras e lutas. Embora a Capoeira seja uma opção globalizada, pois abraça todos esses conteúdos, ainda no currículo a Capoeira encontra-se a margem das práticas pedagógicas na Educação Básica.

A Capoeira é um instrumento pedagógico de inclusão que traz ao educando benefícios cognitivos e motores, porém é necessário romper com o pensamento discriminatório em relação ao ensino de Capoeira na Educação. A Capoeira atualmente representa uma legítima manifestação brasileira e sua miscigenação com a cultura africana. Entretanto, é necessário implantar de modo efetivo a Lei 10.639/03 na escola em forma de interesse comum e interdisciplinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da Capoeira é um rico processo pedagógico que valoriza uma educação libertadora e consciente. Durante o seu ensino são discutidos elementos históricos dessa manifestação cultural que a caracterizam enquanto luta pela libertação, enquanto símbolo de resistência contra vários tipos de dominação, e enquanto espaço para o exercício da cidadania, de construção da identidade, autoestima e autonomia por parte de seus praticantes.

É preciso inserir na pauta de discussões acerca do currículo a Lei 10.639/2003, sobretudo a inserção do ensino da Capoeira. Na inserção do ensino da Capoeira algumas pautas são acionadas, dentre elas: o corpo e o movimento como criadores de sentidos significados.

Na esteira dessa pauta, entendemos que os sentidos e as identificações de corpo e movimento da população negra sofreram forjamentos históricos que precisam ser problematizados num país onde é grave a desigualdade social e racial. Entendemos também que tais forjamentos foram baseados nas ideologias de branqueamento, salientadas na cor da pele e no ideal de corpo e aparência, resultando na dificuldade que temos em corporificar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 10639 de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso: 19 Abril. 2021.

CARVALHO, S. C. S. **O impacto das ações afirmativas na estética e na imagem corporal de jovens negros e negras da UNEB, Campus Guanambi.** 2021. 235 p. Tese (Doutorado) – Faculdade Educação. Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação Física na escola.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.